



“EU MENSTRUO MESMO QUE VOCÊ NÃO SE IMPORTE”: UMA PESQUISAÇÃO PARA COMBATER A POBREZA MENSTRUAL NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL.

CAROLINE DOS SANTOS SAVEDRA¹; EDUARDA GOMES DA COSTA²;
MANOELA RODRIGUES³; PAOLA FERNANDES⁴; TON KEVYN BARRETO AMPARO DA SILVA⁵; LARISSA MEDIANEIRA BOLZAN⁶

¹*Universidade Federal de Pelotas – contato.carol230@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – eduardagomesrosa01@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – manoela.srodrigues@hotmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – paoladomfernandes@gmail.com*

⁵*Universidade Federal de Pelotas – kevynbas@gmail.com*

⁶*Universidade Federal de Pelotas – larissambolan@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

De acordo com dados da Unicef (2021), cerca de 13,6 milhões de habitantes (isto é, 6,5% da população mundial) vivem em condições de pobreza extrema; e, aproximadamente, 51,5 milhões de pessoas estão abaixo da linha da pobreza. Em tal cenário, por conta de necessidades biológicas específicas que demandam higiene correta para prevenção de infecções – em especial durante a gravidez e períodos de menstruação -, o gênero feminino é o mais afetado (ASSAD, 2021; UNICEF, 2021), principalmente, devido a problemas acerca da falta de saneamento básico, de acesso à água tratada e de acesso a produtos de higiene íntima, característica de situações de vulnerabilidade social (NERIS, 2020).

Acerca da vulnerabilidade social de menstruantes, um estudo da marca de absorventes íntimos Sempre Livre junto a Kyra Pesquisa & Consultoria, em 2018, realizou uma pesquisa em cinco países e constatou que 12,5% da população feminina do planeta não tem acesso a produtos de higiene em decorrência do alto custo. No Brasil, a população feminina sem acesso a produtos de higiene íntima chega a 26% (SEMPRE LIVRE; KYRA, 2018). Soma-se a isso os dados do Relatório da Unicef sobre Pobreza Menstrual no Brasil, publicado em maio de 2021, o qual mostrou grande ônus no que se refere a compra de absorventes, frente ao consumo por famílias. Além disso, Neris (2021) destaca que o Brasil é um dos países do mundo que mais tributam absorventes, o que torna a aquisição do produto bastante árdua para menstruantes, que gastam – em média – seis mil reais com a compra do produto ao longo da vida. No Brasil, apesar de serem sujeitos à alíquota zero de IPI, observa-se uma tributação de 25%, o que reflete acerca das políticas fiscais no que se refere aos princípios constitucionais tributários de igualdade e seletividade (NERIS, 2021).

No entanto, a precariedade menstrual não deve ser considerada apenas como a falta de condições financeiras para adquirir absorventes e demais produtos de higiene menstrual. Tal precariedade reflete um problema sistêmico de desigualdade social e desigualdade de gênero – uma vez que afeta apenas menstruantes (NERIS, 2021). Assim, precariedade menstrual ou pobreza menstrual é a situação de precariedade e vulnerabilidade econômica e social à qual bilhões de pessoas menstruantes ao redor do mundo estão submetidas por não terem acesso adequado à saneamento básico, banheiros e itens de higiene pessoal – incluídos aqui absorventes íntimos (ASSAD, 2021). Antes que se avance nesta investigação, é importante definir menstruantes, estes sujeitos são: mulheres, meninas, homens transexuais e pessoas não binárias que menstruam (UNICEF, 2021).



A pobreza menstrual leva os menstruantes ao improviso e a métodos inseguros para conter o sangramento, como a utilização de papéis, jornais, trapos, sacolas plásticas, meias, miolos de pão ou ainda a reutilização de absorventes descartáveis coloca a saúde física dessas pessoas em risco (QUEIROZ, 2015; UNICEF, 2021; ASSAD, 2021). Como consequências físicas aos menstruantes, destaca-se alergia e irritação da pele e mucosas, vulvovaginites (como a vaginose bacteriana e a candidíase) e de infecção do trato urinário, dentre outras complicações. O agravamento de alguns destes quadros pode, inclusive, levar à morte (QUEIROZ, 2015; UNICEF, 2021; ASSAD, 2021). Cabe lançar luz aos menstruantes que residem em abrigos, refugiadas, presas e moradoras de rua estão em situação de ainda maior vulnerabilidade no que tange a precariedade menstrual (QUEIROZ, 2015). Para além dos riscos à saúde física, deve ser considerado o desgaste emocional atrelado à pobreza menstrual. A Unicef (2021) sublinha como efeitos emocionais como: desconfortos, insegurança e estresse, que contribuem para aumentar a discriminação que meninas e mulheres sofrem (ASSAD, 2021), assim fazendo perdurar a desigualdade entre homens e mulheres, uma vez que aumenta o absenteísmo e a taxa de exclusão escolar. Segundo estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU), 10% das meninas perdem aula quando estão menstruadas (AMARAL, 2020).

Assim, emerge o objetivo deste trabalho: cocriar, através do método de pesquisação, uma campanha para enfrentamento da pobreza menstrual na região Sul do Rio Grande do Sul. A campanha é uma ação de extensão do Projeto unificado com ênfase em extensão Mais Juntas e se justifica devido a pobreza menstrual apresentar efeitos nocivos a saúde física e emocional de menstruantes, tornar mais severa a desigualdade de gênero e ao vazio institucional no que se refere a políticas fiscais e altas taxações dos produtos de higiene menstrual (incluindo absorventes). Dando força a justificativa citada, destaca-se que a garantia da dignidade menstrual implica em sete, dos dezesete, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), presentes na Agenda 2030 da ONU, são eles: Objetivo 1 – Erradicação da Pobreza; Objetivo 3 – Saúde e Bem-Estar; Objetivo 4 – Educação de Qualidade; Objetivo 5 – Igualdade de Gênero; Objetivo 6 – Água Potável; Objetivo 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; e, Objetivo 12 - Consumo e produção responsável.

2. METODOLOGIA

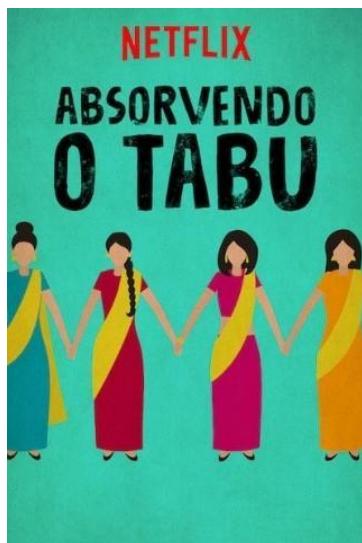
Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa-ação. Sob as lentes de Tripp (2005), pesquisa-ação é uma maneira de investigação-ação, que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para se construir a melhor prática, atendendo, evidentemente, aos critérios comuns a outros tipos de pesquisa acadêmica, ou seja, enfrentar a revisão pelos pares quanto a procedimentos, significância, originalidade, validade, etc. Contudo, é preciso entender que embora a pesquisa-ação tende a ser pragmática, ela se distingue claramente da prática e, mesmo sendo pesquisa, também se distingue claramente da pesquisa científica tradicional, principalmente, porque a pesquisa-ação ao mesmo tempo altera o que está sendo pesquisado e é limitada pelo contexto e pela ética da prática (TRIPP, 2005). Isto significa dizer que é preciso deixar claro que a pesquisa-ação não oferece as mesmas garantias de confidencialidade e anonimato das informações se comparada com outros métodos de pesquisa. Isto requer do pesquisador discutir e negociar esses aspectos antes de iniciar seus trabalhos. Além disso, a própria concepção de que os sujeitos envolvidos na pesquisa tomam parte nos relatos de estudo deixa-os em uma situação inusual quanto ao sigilo (MELO; MAIA; CHAVES, 2016).



3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após analisar as informações coletadas em reunião com o Centro de Referência à Mulher de Pelotas, a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria de Políticas Públicas do Município, observou-se a necessidade de criar uma campanha com a finalidade de ajudar essas pessoas em situação de pobreza menstrual. Para isso, buscou-se referências na campanha publicitária da marca de absorventes Sempre Livre, protagonizada pela atriz e apresentadora Maísa Silva, onde a frase “eu menstruo” é dita por ela como uma forma de naturalizar e desmistificar a menstruação. Outra referência utilizada foi o documentário “Absorvendo o Tabu”, disponível na Netflix, que retrata a situação de diversas menstruantes que não possuem acesso ao absorvente ou sequer sabem da existência desse produto, mostrando uma realidade comum onde é normal faltar a escola por estar menstruada, por se sentir desconfortável com a situação e por não ter amparo governamental. Conforme Figura 1.

Figura 1 - Pôster do filme documental Absorvendo o Tabu



Fonte: Imagem da Internet

A partir da análise dessas referências e de artigos sobre o tema, foi criado a campanha “Eu Menstruo” em parceria com o Projeto unificado com ênfase em Extensão Mais Juntas e a Prefeitura da cidade de Pelotas com o intuito de arrecadar absorventes para os grupos sociais em situação de vulnerabilidade; para isso, foram feitas três reuniões com o objetivo de organizar as contribuições e conhecer as restrições para iniciar esse projeto. Visando criar uma atmosfera de acolhimento e de sororidade, foi usado o poster do filme documentário “Absorvendo o Tabu” como base para o desenvolvimento das artes da campanha: pessoas de mãos dadas, numa situação de igualdade, para demonstrar que a campanha tem o objetivo de acolher a todos; também usamos a fonte do poster para remeter ao documentário. Conforme Figura 2.

Figura 2 - Card desenvolvido para a campanha “Eu Menstruo



Fonte: desenvolvido pela autora

A campanha contará, além da arrecadação de absorventes para a distribuição, com respostas a dúvidas da população por uma ginecologista através de uma caixa de perguntas disponibilizada nas redes sociais.

4. CONCLUSÕES

Assim, a campanha “Eu Menstruo” visa arrecadar a maior quantidade de absorventes para grupos de menstruantes em situação de vulnerabilidades, distribuindo-os para todas as instituições pré-estabelecidas - considerando total transparência na doação de todos produtos arrecadados. Pretende-se, também, estabelecer mais parcerias para o Projeto, com vistas a potencializar a divulgação e a arrecadar outros produtos para no futuro promover uma oficina de absorventes sustentáveis.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTE, L. R. **Design no contexto do antropoceno: análise sobre o consumo de produtos para menstruação.** Dezembro de 2020. Dissertação (Pós-graduação em Design PPGD) - Curso de Pós-graduação em Design (PPGD) da Universidade de Brasília.

NERIS, B. B. dos S. Políticas fiscais e desigualdade de gênero: análise da tributação incidente nos absorventes femininos. **Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade (FIDES)**, Natal, v. 11, n. 2, ago./dez. 2020.

ASSAD, B. F. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. **Revista Antinomias**, São José do Rio Preto, v.2, n. 1, jan./jun., 2021.

UNICEF, UNFPA. **Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos.**